

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Participações S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, março de 2013

**A Diretoria**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>1.041.033</b>	<b>101.064</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>47.426</b>	<b>4.176</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&14.e	20	26	Contas a Pagar		3	-
Aplicações Financeiras	4	1.032.130	100.259	Salários a Pagar		2.038	-
Contas a Receber		-	4	Impostos a Pagar		41.923	733
Créditos Tributários - Correntes		8.865	775	Provisões	7.a	2.641	2.476
Outros Ativos		18	-	Outros Passivos		921	967
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>219.677</b>	<b>183.401</b>	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>13.743</b>	<b>11.559</b>
Aplicações Financeiras	4	198.834	10.340	Salários a Pagar		1.500	-
Depósitos Judiciais		17.679	4.439	Provisões	7.a	12.212	11.559
Créditos Tributários		3.160	1.742	Outros Passivos		31	-
Correntes		509	-	<b>Total do Passivo</b>		<b>61.169</b>	<b>15.735</b>
Diferidos	8.b.1	2.651	1.742	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Investimentos em Controladas	5	-	166.876	Capital Social		1.131.738	191.244
Outros Investimentos		4	4	Reservas		67.803	77.486
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.260.710</b>	<b>284.465</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>9</b>	<b>1.199.541</b>	<b>268.730</b>
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.260.710</b>	<b>284.465</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>		<b>117.540</b>	<b>2.214</b>	<b>39.781</b>	-	<b>159.535</b>
Aumento de Capital - Cisão Parcial da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	9.a	73.704	-	-	-	73.704
Lucro Líquido		-	-	-	39.191	39.191
Destinações:						
Reserva Legal	9.c	-	1.959	-	(1.959)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.b	-	-	-	(3.700)	(3.700)
Reserva para Equalização de Dividendos	9.d	-	-	16.766	(16.766)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.d	-	-	16.766	(16.766)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>191.244</b>	<b>4.173</b>	<b>73.313</b>	-	<b>268.730</b>
Aumento de Capital	9.a	1.135.000	-	-	-	1.135.000
Redução de Capital - Cisão Parcial da Santander Participações S.A.	9.a	(194.506)	-	-	-	(194.506)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	9.b	-	-	(19.199)	-	(19.199)
Lucro Líquido		-	-	-	190.317	190.317
Destinações:						
Reserva Legal	9.c	-	9.516	-	(9.516)	-
Dividendos	9.b	-	-	-	(180.801)	(180.801)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>1.131.738</b>	<b>13.689</b>	<b>54.114</b>	-	<b>1.199.541</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional, Reestruturações Societárias e Apresentação das Demonstrações Financeiras

##### a) Contexto Operacional

A Santander Participações S.A. (Santander Participações) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A (Parte), Vila Olímpia, São Paulo-SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, podendo também aplicar os seus recursos no mercado financeiro e de capitais, mediante a subscrição de quotas em fundos de investimento e/ou quaisquer outros instrumentos financeiros.

##### b) Reestruturações Societárias

##### b.1) Cisão Parcial da Santander Participações

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Santander Participações e da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços), aprovaram a Cisão Parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços ("Cisão Parcial").

O valor da parcela do acervo líquido cindido foi no valor de R\$194.506, correspondente à sua participação detida no capital social da própria Santander Serviços no valor de R\$123.568 e na Webmotors S.A. (Webmotors) no valor de R\$70.938. A Cisão Parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido cindido da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a da efetivação da Cisão Parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços.

A Cisão Parcial da Santander Participações é justificada uma vez que permitirá a alteração na estrutura societária do Grupo Santander Brasil, de modo que: (a) a Santander Participações manterá apenas projetos de investimento não financeiros, de natureza de equity investments com realização de médio/longo prazo e (b) a Santander Serviços manterá investimentos em sociedades prestadoras de serviços ao sistema financeiro.

##### b.2) Cisão Parcial da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV Distribuidora) e Incorporação da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities)

Nas AGEs realizadas em 31 de agosto de 2011, os acionistas da Santander Participações e da CRV Distribuidora, aprovaram a cisão parcial da CRV Distribuidora com versão da parcela cindida para a Santander Participações.

Em AGEs realizadas no mesmo dia, os acionistas da Santander Participações e da Santander Securities, aprovaram a incorporação da Santander Securities pela Santander Participações.

A Cisão Parcial da CRV Distribuidora com versão da parcela cindida (participação acionária de 100% na empresa Santander Securities) para a Santander Participações (Cisão Parcial), bem como a incorporação da Santander Securities pela Santander Participações (Incorporação) representa uma etapa no processo de consolidação dos investimentos do Conglomerado Santander no país, com o consequente fortalecimento da sua estrutura operacional e organizacional. Os eventos societários permitirão ainda (i) a redução de custos administrativos; e (ii) a racionalização e simplificação da estrutura societária do Conglomerado Santander no país.

Ambos os eventos, de Cisão Parcial e de Incorporação, se deram por meio da transferência do acervo líquido contábil da cindida e incorporada, respectivamente, para o patrimônio da incorporadora, com base no balanço auditado levantado em 30 de junho de 2011, e as variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a data da efetivação da cisão parcial e da incorporação foram reconhecidas e escrituradas diretamente na incorporadora.

##### SalDOS CINDIDOS

A parcela cindida no valor de R\$73.704, refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela CRV Distribuidora na Santander Securities.

##### SalDOS INCORPORADOS - SANTANDER SECURITIES

##### Ativo Circulante e não Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa	89.236
Aplicações Financeiras	59
Depósitos Judiciais	82.984
Créditos Tributários - Correntes	4.246
Créditos Tributários - Diferidos	251
Outros Investimentos	1.692
Outros Investimentos	4
<b>Total do Ativo</b>	<b>89.236</b>

##### Passivo Circulante e não Circulante

Impostos a Pagar	15.532
Provisões	1.424
Outros Passivos	13.328
Outros Passivos	780
<b>Total do Passivo</b>	<b>73.704</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>89.236</b>

Em razão da Santander Participações ser proprietária de todas as ações de emissão da Santander Securities, as mesmas foram extintas e dessa forma não houve aumento de capital social na Santander Participações em decorrência da incorporação, de modo que o acervo líquido incorporado foi registrado na Santander Participações como reclassificação de ativos e passivos.

O processo da Cisão Parcial e da Incorporação foram homologados pelo Banco Central do Brasil em 23 de janeiro de 2012.

##### c) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Participações, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS).

O resultado e a posição financeira da Santander Participações estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 25 de março de 2013.

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Santander Participações.

Santander Participações participou da elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 15 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 15 (R1) Combinação de Negócios; CPC 18 (R1) Investimento em Coligada e em Controladas; CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture); CPC 20 (R1) Custos de Empreendimentos; CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária; CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 30 (R1) Recalculação; CPC 35 (R2) Demonstrações Separadas; CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas e CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros; Evidênciação.

O CPC não editou diversos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRNs novas e revisadas que passarão a vigor a partir de 1 de janeiro de 2013. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelos CPC. Considerando as atuais operações da Santander Participações, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

##### Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos;
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Benefícios dos planos de aposentadoria; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

##### 2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

##### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores classificados a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos.

##### b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

##### 1. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outro ativo financeiro.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

##### II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e

recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

##### III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber"; e
- "Depósitos judiciais".

##### IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e

• Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

##### V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar".

##### VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

##### c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

##### d) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de equivalência patrimonial, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa.

##### e) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

##### f) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

##### Prestação de Serviços

• Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e

• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

##### g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outros Provisões

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São totais ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Participações. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

##### h) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Participações, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

##### Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Participações como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

##### i) Remuneração Baseada em Ações

A Santander Participações, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander. Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco Santander. Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander. O Banco Santander mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

##### Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

##### Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e as correspondentes responsabilidades incorridas no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

##### Instrumentos Financeiros por Categoria

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

#### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2012	2011
Receita Líquida de Prestação de Serviços	10	-	38
<b>Lucro Bruto</b>		<b>-</b>	<b>38</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012, estão representados por contas a pagar e estão classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

**Mensuração do Valor Justo**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

**Hierarquia de Valor Justo**

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Santander Participações mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.  
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

**7. Provisões**
**a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões**

	Fiscais	
	2012	2011
<b>Saldo no Início do Exercício</b>	<b>14.035</b>	-
Saldo Incorporados (Nota 1.b.2)	-	13.328
Constituição Líquida de Reversão	818	707
<b>Saldo no Final do Exercício</b>	<b>14.853</b>	<b>14.035</b>

**b) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Participações com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

A Santander Participações tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, é o descrito a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$2.641 (31/12/2011 - R\$2.476): a Santander Participações interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**c) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias**

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

**Desmutualização de Ações** - R\$10.170 (31/12/2011 - R\$9.658): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta. Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento.

**d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$19.037. O principal processo é:

**PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas** - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da Bovespa e BM&F, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. As referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. Processos administrativos aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de R\$10.651.

**e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares**
**e.1) Plano de Pensão Complementar**

A Santander Participações patrocina, juntamente com o Banco Santander, o plano de contribuição definida da SantanderPreví - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPreví), entidade fechada de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico do plano.

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPreví é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados no exercício de 2012 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$5.

**e.2) Remuneração com Base em Ações**

A Santander Participações, possui um programa de remuneração de longo prazo vinculado ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Local. São elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Santander Participações, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

**e.2.1) Programa Local**

A AGE do Banco Santander, realizada em 3 de fevereiro de 2010, aprovou o Programa de Remuneração Baseado em Ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

A principal característica do plano é:

**Plano PSP:** Plano de remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

**e.2.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para o Plano**

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	Plano PI12 - PSP e PI14 - PSP (%)	
	% de Ações	Passíveis de Exercício
1º	50%	
2º	35%	
3º	25%	
4º	0%	

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescentes das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

	PI14 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial
Volatilidade	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	37,81%	43,11%
Taxa Livre de Risco	10,50%	11,18%

No exercício de 2012, foram registradas despesas "pro rata" dia referente ao plano no valor de R\$21. Foi registrado também no exercício de 2012, ganho com a oscilação do valor de mercado da ação no valor de R\$6 como despesas de pessoal. As despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida de salários a pagar.

Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Fim do Exercício
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2009</b>	-	-	-	-
Opções Concedidas (PI12 - PSP)	1.500	2010	Executivos	03/02/2010
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1.500</b>	-	-	-
Opções Concedidas/Canceladas	-	-	-	-

Saldo do Plano em	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Fim do Exercício
<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1.500</b>	-	-	-	-
Opções Canceladas (PI12 - PSP)	(853)	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Exercidas (PI12 - PSP)	(647)	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
Opções Concedidas (PI14 - PSP)	4.000	2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>4.000</b>	-	-	-	-
PI12 - PSP	-	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2012
PI14 - PSP	4.000	2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
<b>Total</b>	<b>4.000</b>	-	-	-	-

**e.2.2) Bônus Referenciado em Ações**

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Santander no Brasil, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas: (i) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e Outros Executivos; (ii) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários; e (iii) Coletivo não Supervisionado - Funcionários.

A Santander Participações, participa do programa Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e Outros Executivos, conforme abaixo:

O Programa Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e Outros Executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício de 2012, foram registradas despesas referente ao plano no valor de R\$1.030, as despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida de salários a pagar.

**8. Ativos e Passivos Fiscais**
**a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2012	2011
<b>Resultado antes da Tributação</b>	<b>253.709</b>	<b>40.083</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	(3.700)
<b>Resultado antes da Tributação Ajustado</b>	<b>253.709</b>	<b>36.383</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Respectivamente</b>	<b>(86.261)</b>	<b>(12.370)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.935	11.719
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	17.906	514
Outros Ajustes	28	(755)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(63.392)</b>	<b>(892)</b>
Impostos Correntes	(64.301)	(915)
Impostos Diferidos	909	23
Impostos Pagos no Exercício	(25.536)	(394)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>24,99%</b>	<b>2,23%</b>

Os dados dos saldos das rubricas "créditos tributários diferidos" são:

Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2011		Saldo em 31/12/2012	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.417	278	-	1.695
Provisão para Despesas de Pessoal - Participações nos Lucros	-	638	(111)	527
Outras Provisões Temporárias	325	104	-	429
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>1.742</b>	<b>1.020</b>	<b>(111)</b>	<b>2.651</b>
Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2010		Saldo em 31/12/2011	
	Incorporação <sup>(1)</sup>	Constituição	Realização	Constituição
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	-	1.380	91	(54)
Outras Provisões Temporárias	27	312	-	(14)
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>27</b>	<b>1.692</b>	<b>91</b>	<b>(68)</b>

(1) Saldos incorporados (Nota 1.b.2).

**Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2013	1.210	522	1.732
2015	98	35	133
2018 a 2020	578	208	786
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>1.886</b>	<b>765</b>	<b>2.651</b>

(1) Não apresenta expectativa de realização de créditos tributários para o ano de 2014 e para o período compreendido entre 2016 a 2017.

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**9. Patrimônio Líquido**
**a) Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2012, totalmente integralizado, é composto por 3.234 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

O capital social em 31 de dezembro de 2011, totalmente integralizado, era composto por 629 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país, das quais 183 mil ações se referem ao aumento do capital social aprovado na AGE de 31 de agosto de 2011, no valor de R\$73.704, em decorrência da versão da parcela do acervo cindido da CRV Distribuidora, conforme mencionado na nota de reestruturações societárias (Nota 1.b.2).

Na AGE de 31 de dezembro de 2012, foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$194.506, sem redução do número de ações, em decorrência da Cisão Parcial de parcela de seu patrimônio líquido para a Santander Serviços que foi aprovada nesta mesma AGE (Nota 1.b.1).

Na AGE de 29 de junho de 2012, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$135.000, mediante a emissão de 283 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo seu acionista Banco Santander da seguinte forma: R\$69.163 em moeda corrente nacional e R\$65.837 mediante a conferência de 366.182.675 mil ações de sua subsidiária integral Webmotors (348.253.362 mil ações ordinárias e 17.929.313 mil ações preferenciais), transferindo o controle para a Santander Participações, com base no balanço de 30 de abril de 2012.

Na AGE de 29 de março de 2012, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$1.000.000, mediante a emissão de 2.322 mil novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo seu acionista Banco Santander em moeda corrente nacional no valor de R\$254.809 e através de transferência de ativos

no valor de R\$745.191.

**b) Dividendos**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 30 de novembro de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários com base no lucro do exercício de 2012, no valor total de R\$180.801 (R\$55.91374 em reais por ação), e R\$19.199 (R\$5.93738 em reais por ação) com base na conta de reservas de lucros, sendo o valor de R\$9.600 retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$9.599 da conta de reserva para reforço de capital de giro. O pagamento foi efetuado em 30 de novembro de 2012, e os dividendos no valor de R\$180.801 serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2012.

Em 28 de dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2011, no valor de R\$3.700 (R\$5.88528 em reais por ação e R\$5.00249 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

**c) Reserva Legal**

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

**d) Reservas Estatutárias**

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2011, foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Participações e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**10. Receita Líquida de Prestação de Serviços**

A receita líquida de prestação de serviços na demonstração de resultado do exercício de 2011, no valor de R\$38 estava composta por receitas com prestação de serviços com partes relacionadas no valor de R\$44 (Nota 14.e) deduzidas das contribuições com PIS no valor de R\$1, Cofins R\$3 e do ISS de R\$2.

**11. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados**

A Santander Participações apresenta a demonstração dos resultados utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentado a seguir:

	2012	2011
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 10)	-	44
Despesas com PIS, Cofins e ISS (Nota 10)	-	(6)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(1.822)	-
Despesas com Participações nos Lucros	(1.878)	-
Despesas de Honorários com a Diretoria	(208)	-
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(733)	-
Despesas com Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 12&14.e)	(4.642)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre o Resultado da Santander Serviços (Nota 5)	9.415	34.468
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre o Resultado da Webmotors (Nota 5)	5.101	-
Outras Despesas Administrativas	(218)	(335)
Provisões Líquidas de Reversão para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões (Nota 7.a)	(818)	(707)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(664)	69
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito (Nota 13)	200.788	6.343
Despesas com Desvalorização de Cotas de Fundos de Investimentos (Nota 13)	(4.846)	-
Dividendos Recebidos Fundo de Investimento - FIP (Nota 13)	53.146	-
Atualização de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar (Nota 13)	1.088	207
Provisão Para Imposto de Renda (Nota 8.a)	(47.273)	(592)
Provisão para Contribuição Social (Nota 8.a)	(17.028)	(323)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.a)	909	23
<b>Total das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados</b>	<b>190.317</b>	<b>39.191</b>

**12. Despesas Administrativas**

	2012	2011
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 14.e)	4.642	-
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	63	193
Publicações	76	74
Contribuição Sindicato Patronal	69	53
Outras	10	15
<b>Total</b>	<b>4.860</b>	<b>335</b>

**13. Receitas (Despesas) Financeiras**

	2012	2011
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito	200.788	6.343
Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 14.e)	27.225	4.605
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 14.e)	-	1.738
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 14.e)	217	-
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimento	173.346	-
Despesas com Desvalorização de Cotas de Fundos de Investimentos	(4.846)	-
Dividendos Recebidos Fundo de Investimento - FIP	53.146	-
Atualização com Impostos a Compensar	58	14
Atualização de Depósitos Judiciais	1.030	193
<b>Total</b>	<b>250.176</b>	<b>6.550</b>

**14. Partes Relacionadas**